

DEMISSÕES

CONSUN QUESTIONA DECISÕES DO CONSAD

A pauta do primeiro Conselho Universitário do ano estava morna, mas logo de início a diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Marcia Batista pediu a palavra e leu um importante documento de seu Conselho de Faculdade, onde manifestava sua preocupação e desacordo com a forma com vem sendo feita a administração da universidade.

Na mesma linha da intervenção da diretora a professora Madalena Peixoto, representante docente da Faculdade de Educação pediu a palavra e solicitou que o primeiro ponto de pauta fosse a discussão da atual situação da Faculdade, depois das demissões e proibições de utilização de docentes da casa deliberada pelo Consad.

A partir daí uma série de intervenções, que duraram até o final da reunião, mostraram o descontentamento de todo o conselho com os últimos acontecimentos na universidade.

FALTA DE DIÁLOGO

A maior queixa dos diretores de Faculdade pren-

deu-se à ausência de diálogo na tomada de atitudes por parte do Conselho de Administração, Consad. Para Marcio Alves da Fonseca, da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, "uma administração que não ouve o acadêmico está fadada ao fracasso". O diretor lembrou o rebaixamento de qualidade que a PUC-SP deverá ter se contratar unicamente auxiliares de ensino para orientar no pós-graduação.

Na mesma linha o professor Godofredo Campos Borges, diretor da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, de Sorocaba, informou que contratar um tutor para o curso de Medicina que ganhe R\$ 1000,00 é praticamente impossível.

Já a professora Madalena Guasco Peixoto lembrou que a concepção de uma universidade dividida em unidades de custo passa longe do acadêmico. A professora lembrou o triste quadro representado por professores com mais de 30 anos de casa demitidos de forma desrespeitosa a partir de telegramas.

CONSUN X CONSAD

A professora Salma Tanus Muchail lembrou a dicotomia que existe hoje entre Consun e Consad. "Tudo que o Consun decide vai para o Consad, mas

o contrário não acontece. E como é que fica a posição da Reitora que um dia tem uma posição no Consun e outra no Consad".

continua na próxima página

A posição da APROPUC e AFAPUC

Respondendo a uma colocação da professora Margarida Limena sobre a participação da APROPUC em todo o processo, João Batista Teixeira, presidente da entidade salientou que a Associação dos Professores da PUC-SP tem se posicionado constantemente contra a violência das demissões e a atribuição de aulas através de contratações externas sem utilização dos docentes da casa.

João Batista lembrou também que o **PUCviva** vem denunciando semanalmente as demissões e colocando a opinião da entidade contra essas medidas e que a APROPUC tem dado todo apoio jurídico e moral aos docentes demitidos.

Já a AFAPUC reuniu-se com o secretário-executivo da Fundação São Paulo, padre Rodolpho Perazzolo, pedindo explicações sobre as demissões de funcionários administrativos.

O secretário informou que elas devem continuar principalmente se forem opções das chefias, ou estiverem dentro dos planos de ajuste da mantenedora.

Os diretores da AFAPUC lembraram ao secretário a forma abrupta e desumana com que as demissões estão sendo praticadas, alijando do convívio universitário pesosas que deram a vida à instituição, dedicando-se diuturnamente durante anos à PUC-SP.

continuação da página anterior

Para o professor Francisco Serralvo, diretor da Faculdade de Economia e Administração esta situação de falta de diálogo faz com que o cargo de diretor esteja hoje esvaziado pois as decisões já vêm prontas do Consad. A vice-diretora da Faculdade de Ciências Sociais lembrou que o Conselho da Faculdade tirou uma posição clara contra a atual situação, compartilhando com a preocupação geral dos demais diretores de unidade. Dulce Tourinho Batista informou que os professores que têm seu contrato reduzido e não podem assumir novas turmas em virtude da deliberação do Consad, estão preferindo não assinar a redução de contrato e estão saindo da PUC-SP.

Um movimento semelhante esta acontecendo por em relação aos alunos. Segundo constatou o diretor da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia Daniel Gatti, a falta de diálogo no preenchimento de novas turmas faz com que os alunos desistam da PUC-SP. Na mesma linha o professor Juarez Belli da Faculdade de Economia e Administração enfatiza que é necessário preservar a qualidade de ensino da instituição que já tem um preço diferenciado no mercado.

ESTUDANTES, FUNCIONÁRIOS E REITORIA

Para a representante discente Elisa Oliveira da Faculdade de Direito, as demissões constituíram-se em um desrespeito também aos estudantes que

não tiveram acesso às informações e viram-se da noite para o dia sem seus mestres. Elisa lembrou ainda que os estudantes estão sendo desrespeitados continuamente com atitudes como a negação do auditório para a semana inaugural do CA de Filosofia, o sumiço dos móveis do CA de Jornalismo ou a proibição de festas e o ato que normatiza a entrada no campus Monte Alegre.

Já o representante administrativo Paulo Colla, lembrou que as mesmas agruras sofridas pelos professores são sentidas pelos funcionários que são demitidos praticamente toda semana.

A pró-reitora de Pós-Graduação Maria Amalia Andery afirmou que foi surpreendida pela demissões realizadas administrativamente. A pró-reitora manifestou-se contrária às demissões principalmente porque os docentes demitidos eram produtivos. Maria Amalia informou ainda que 65 alunos do pós-graduação estão hoje sem orientador.

Na mesma direção a pró-reitora de Graduação, Margarida Limena, lamentou que os critérios acadêmicos não tenham prevalecido.

Questionando o pró-reitor de Administração e Planejamento Antonio Carlos Gobe, sobre o fato que o orçamento deste ano mostrava uma situação cômoda onde as demissões eram descartadas, os conselheiros ouviram do pró-reitor a explicação de que os 69% de comprometimento da receita com a folha de pagamento estariam ameaçados pela entrada de alunos abaixo do esperado, e a sinalização dos bancos de que haveria aumento nos custos bancários. Daí a necessidade das demissões.

A reitora Anna Maria

Marques Cintra limitou-se a dizer que o principal critério para as demissões foi o financeiro. A reitora nomeada concordou com o documento e com seu caráter público.

Quando a sessão chegava próxima ao seu encerramento a professora Madalena Peixoto formalizou a proposta de elaboração de

um documento público que seria entregue ao Consad na sessão de quinta-feira, 26/2, apontando para a discordância do Consun com as atitudes do Consad. Para Madalena é importante considerar os conselheiros como docentes, funcionários e alunos dispostos a ajudar a universidade e não seus inimigos.

Deliberação contraria estatuto da PUC-SP e Convenção Coletiva

A proibição de substituir o docente demitido somente por professores de fora da PUC-SP contraria, de uma só vez a Convenção Coletiva de Trabalho do Sinpro-SP, da qual a Fundação é também signatária e o próprio estatuto da PUC-SP. Segundo observou no Consun a professora Madalena Peixoto a redução da carga horária prevista na Convenção Coletiva do Sinpro-SP prevê que ela aconteça "ocorrendo supressão de disciplina, classe ou turma, em virtude de alteração na estrutura curricular prevista ou autorizada pela legislação vigente ou por dispositivo regimental devidamente aprovado por órgão colegiado da Instituição de Ensino, o PROFESSOR da disciplina, classe ou turma deverá ser comunicado da redução da sua carga horária, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início do período letivo e terá prioridade para preenchimento de vaga existente em outra classe ou turma ou

em outra disciplina para a qual possua habilitação legal."

Hoje algumas reduções contratuais também ocorrem em virtude da deliberação do Consad que impede que o professor da casa assuma a disciplina do professor demitido.

Por outro lado o impeditivo de que um docente assuma a vaga de outro demitido também contraria o estatuto da PUC-SP, que, nas atribuições estatutárias do departamento prevê em seu artigo 52 inciso V: Cabe ao departamento "Distribuir, para cada período letivo, as atividades programadas para cada um de seus membros, respeitadas suas especializações".

Quando o Consad se outorga o direito de distribuir aulas, passando por cima do departamento, está desrespeitando o estatuto.

A professora Madalena Peixoto sugeriu uma mesa com o Sindicato dos Professores e a Fundasp para debater a questão.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marcela Reis,
Marina D'Aquino e
Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e
Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz
Abramides, João B. Teixeira,
Hamilton Octavio de Souza e
Victoria C. Weischardt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP:
05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182,
7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio
Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.
com.br – **PUCViva na Internet:**
www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente
as posições das entidades e da redação.

Documento do Consun é lido em sessão do Consad

A reitora Anna Maria Marques Cintra, abriu o Conselho de Administração, Consad, avisando que antes de começar a sessão traria um informe do Consun sobre a discussão que durou mais de três horas a respeito das demissões e substituições de docentes.

Terminada a leitura a reitora iria passar para o segundo ponto de pauta, sem discutir o assunto, quando o padre Rodolpho Perazzolo manifestou o desejo de responder o documento. A resposta deverá vir nos próximos dias ao Consun. Abaixo transcrevemos a íntegra do documento.

Pronunciamento do Conselho Universitário - Consun

À Comunidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

O Conselho Universitário (CONSUN) da PUC-SP, em reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2015, decidiu dirigir-se ao Conselho de Administração (CONSAD) e apresentar publicamente à comunidade da PUC-SP um relato daquela reunião, acompanhado de algumas reflexões e de solicitações.

Posto que a questão relativa às últimas demissões de docentes (dezembro de 2014) e aos procedimentos de substituições (janeiro/fevereiro de 2015) não fora contemplada na pauta que acompanhava a convocatória, os Conselheiros solicitaram sua inclusão como primeiro item. Incluído o tema, a reunião transcorreu inteiramente dedicada à sua discussão. Observe-se que demissões de funcionários administrativos também foram mencionadas, embora não discutidas naquela sessão.

As numerosas manifestações dos Conselheiros variaram de acordo com a unidade (Faculdade, Departamento) a que pertencem, o setor (docente, discente, de funcionários) que representam, o lugar (função ou o cargo) que ocupam. Múltiplas, as manifestações acabaram, contudo, por configurar um quadro de depoimentos que convergiram para um entendimento comum e um sentimento geral de indignação.

É deste entendimento e deste sentimento que são destacados alguns pontos para reflexão.

1) A gravidade da situação financeira da PUC-SP, que se estende desde décadas, é responsabilmente reconhecida pelos membros do CONSUN. Mas também reconhecem eles que medidas de recuperação financeira não podem ocorrer à revelia nem a expensas da natureza acadêmica da Universidade, sob pena de arruiná-la em sua essência e, ao mesmo tempo, como num círculo vicioso, agravar os prejuízos financeiros. Espera-se igualmente do CONSAD que a qualidade acadêmica - marca da PUC-SP - seja recíproca e responsabilmente reconhecida.

2) A PUC-SP, como se sabe, conta com a concomitância de dois órgãos Colegiados Superiores: o

CONSAD, para assuntos administrativos e financeiros, e o CONSUN para assuntos acadêmicos. Entretanto, a distinção de competências não pode acarretar a desarticulação entre eles. Pelo contrário, as decisões de um trazem consequências e repercussões no outro. Tem-se constatado porém, que, se por um lado, as decisões do CONSUN são sempre levadas ao CONSAD e lá muitas vezes desautorizadas, decisões do CONSAD sequer são informadas ao CONSUN.

3) É neste contexto de unilateralidade e de autoritarismo, que aconteceram as recentes demissões de professores, bem como as decisões sobre procedimentos para substituição dos demitidos. Medidas unilaterais cujo efeito, porém, recai inevitável e crucialmente sobre a vida universitária e, de imediato, sobre os ombros dos seus gestores acadêmicos, reduzidos a meros executores de decisões comunicadas como fatos consumados.

4) A reconstituição de alguns fatos pode ser altamente exemplificadora.

- primeiro, as demissões ocorreram no último dia de prazo legal (17 de dezembro de 2014), sem qualquer preparo, sem explicitação de critérios e, mais ainda, sem nenhum cuidado mais humano para com os demitidos;

- em 23 de dezembro de 2014, os Diretores de Faculdades, a seu pedido, reuniram-se com a Magnífica Reitora e com um dos Secretários da Fundação São Paulo (ambos membros do CONSAD), buscando esclarecimentos e oferecendo sua disponibilidade e preocupação relativamente aos recentes acontecimentos;

- em 08 de janeiro de 2015, os Diretores receberam - via e-mail emitido pela Gerência da Divisão de Recursos Humanos (D.R.H.) - comunicação da decisão do CONSAD sobre as substituições dos demitidos cujas atividades "somente poderão ser assumidas por 'novas contratações emergenciais'";

- em 09 de fevereiro de 2015, outro e-mail emiti-

continua na próxima página

continuação da página anterior

do pela D.R.H., explicita que "as substituições deverão ser realizadas através de contratações externas na condição de contratos emergenciais na função Auxiliar de Ensino".

5) Os efeitos acadêmicos de fatos como estes, cujo critério é exclusivamente financeiro, são evidentes e suas repercussões são imponderáveis. Para levantar apenas dois entre inúmeros exemplos, complexos, sem dúvida, mas aqui expressos com certa singeleza:

- como promover novas contratações para atividades de ensino altamente especializadas, quando professores da casa têm competência e horas disponíveis para assumi-las?

- como pensar no credenciamento e nas avalia-

ções nacionais dos Programas de Pós-Graduação, quando se fazem contratos provisórios de Auxiliares de Ensino para conduzir orientações de doutorados em fase avançada?

O CONSUN, por decisão tomada em reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2015, solicita à Magnífica Reitora, presidente de ambos os órgãos colegiados, que exponha aos membros do CONSAD a leitura deste pronunciamento, juntamente com a respeitosa expectativa de uma resposta. Segundo a mesma decisão, solicita também a ampla divulgação deste pronunciamento a toda a comunidade da PUC-SP, representada que é pelos membros do CONSUN.

*Conselho Universitário da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo, 25 de fevereiro de 2015*

Palestras marcam calourada 2015 na PUC-SP

O Centro Acadêmico do curso de Filosofia (Cafil) organizou uma semana de palestras para os novos estudantes, permeando debates sobre filosofia, política e universidade. As aulas públicas, que tiveram também o apoio da coordenação do curso, começaram no dia 9/2, data em que a professora da USP Maria Lúcia Cacciola traçou uma análise sobre o tema "A filosofia universitária Schopenhauer". Já no dia 10/2, os professores Jonnefer Barbosa, Yolanda Glória Muñoz e Dalva Garcia, todos da PUC-SP, debateram sobre "Universidade e política".

No penúltimo dia, em 11/2, o professor Celso Favaretto colocou em debate o ensino crítico de Filosofia. Fechando a semana em 12/2, a professora da USP Maria das Graças Souza discorreu sobre o tema "Filosofia militante".

DIREITO

O Centro Acadêmico 22

de Agosto, do curso de Direito, também organizou uma semana de palestras em recepção aos calouros.

Os temas abordados foram: história da PUC-SP e instituições da universidade, reforma política, ditadura militar, carreiras jurídicas, Estado paralelo, guerra às drogas e acesso à cidade. As discussões foram marcadas pela presença da professora Bia Abramides, da APROPUC, Carlos Gianazzi, deputado estadual pelo PSOL, e representantes do Movimento Mães de Maio e da Marcha da Maconha.

O objetivo da semana foi promover discussões e análises sob um leque de visões nos campos jurídicos e atuais. O intuito das palestras foi situar os novos alunos na história da PUC-SP e trazer discussões que impulsionam o pensamento crítico sobre temas importantes.



VICTÓRIA AZEVEDO

Acima a recepção aos calouros de Filosofia com a palestra de Celso Favaretto (centro); abaixo a fala da professora Bia Abramides durante a semana de recepção aos alunos de Direito.

Manifestação da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde ao Consun

Abaixo transcrevemos a manifestação da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde lida por sua diretora no Consun de fevereiro.

O Conselho da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, reunido em sessão ordinária no último dia 24 de fevereiro, deliberou vir à presença deste Conselho manifestar sua preocupação e desacordo com a forma com vem sendo feita a administração da universidade, notadamente nos últimos quatro meses.

Identificamos uma crescente ausência de gestão acadêmica na instituição, presente em vários episódios que consideramos graves:

- ✓ Demissão de professores sem consulta aos departamentos e direções de faculdade, sem explicitação dos critérios utilizados e sem consideração de critérios acadêmicos;

- ✓ Interferência dos setores administrativos na redistribuição de aulas que foi necessária em função das demissões. As substituições que foram realizadas em função de critérios acadêmicos, considerando as atividades que ficaram descobertas com as demissões, foram sumariamente desconsideradas por setores administrativos que arbitrariamente retiraram professores de aulas a eles atribuídas;

- ✓ Justifica-se a utilização do termo "arbitrariamente" acima pelas seguintes razões:

a) os departamentos utilizaram critérios acadêmicos de competência para as substituições, recorrendo a professores do seu quadro, procedimento que sempre foi utilizado em situações anteriores; vale lembrar que até pouco tempo atrás havia impedimento de novas contratações;

b) a Deliberação do CONSAD de janeiro, além de expedida durante as férias dos professores, é ambígua;

c) a alteração da atribuição de aulas feita pelos chefes de departamento e direção foram desautorizadas e efetivadas pela SAE e pelo DRH, sem aviso ou consulta prévia aos chefes e Direção;

- ✓ Interpretação equivocada, pelos setores administrativos, da deliberação do CONSAD que regulamenta "horas administrativas", com implicações para os contratos dos professores; existem na faculdade, diversas atividades que compõem o PPC do Curso de Psicologia ou fazem parte de convênios externos (PET Ministério da Saúde e PET Ministério da Educação) que são denominadas, a contragosto desta unidade, de "horas administrativas"; vale reafirmar que são horas eminentemente acadêmicas; mais uma vez ficamos à mercê de ações do setores administrativos, que não têm, por sua natureza, nem atribuição, nem competência para distinguir isso e trataram essa horas, burocraticamente,

como qualquer hora administrativa;

- ✓ Nova Deliberação do CONSAD quando as aulas já começaram, ensejando perturbação do início do semestre letivo;

- ✓ A não abertura da turma de Fisioterapia no vestibular; havia 19 alunos matriculados via vestibular e mais 3 alunos matriculados via seleção de portadores de diploma, totalizando 22 alunos; a turma não foi aberta, apesar de já existirem essas matrículas, por não haver 20 alunos via vestibular; mais uma vez aspectos acadêmicos referentes ao prejuízo, para o curso, por não se abrir a turma neste ano foram desconsiderados. Ademais, como somos uma única unidade acadêmica, um aluno a menos seria bastante diluído na

relação com os três cursos e diversas turmas.

- ✓ As datas utilizadas para fechamento de turmas e contratos pelo RH e o desacerto com o preenchimento de dados pela SAE.

- ✓ A demora nas respostas sobre ofícios endereçados à Reitoria e CONSAD.

Diante do exposto, o Conselho da FACHS reitera seu desacordo e insatisfação com os rumos que a gestão da universidade vem tomando e solicita que o CONSUN discuta a questão e se posicione.

Cordialmente, subscrevemo-nos,

Conselho da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde.

FORTALEÇA A LUTA DOS PROFESSORES

ASSOCIE-SE À APROPUC *Defenda seus direitos*

Basta entrar no site www.apropucsp.org.br,
escrever para apropuc@uol.com.br, telefonar para
11 3872-2685 ou inscrever-se na
sede da entidade, à Rua Bartira 407

Estudantes organizam ato contra a precarização da PUC-SP

Com a volta às aulas no dia 9/2, a comunidade puquiana foi pega de surpresa e o preço do bandeirão da universidade quase dobrou para a maior parte dos estudantes. Até o final do ano passado, com o subsídio, o valor era de R\$5,60 para qualquer estudante da PUC-SP, sem o subsídio o preço era de R\$ 10 – agora o subsídio será apenas para 1400 estudantes, que deverão disputar o benefício por meio de um edital, que sequer considera que, entre beneficiários do ProUni, do Fies e de bolsas filantrópicas, a PUC-SP tem mais de 4000 bolsistas.

Os membros dos Centros Acadêmicos, em suas páginas no Facebook, chamaram a atenção para o roubo dos móveis do Benevides Paixão (Jornalismo) sem que a universidade tivesse uma resposta clara sobre o sumiço repentino de sofás, mesas e arquivos, a multa recebida pelos Centros Acadêmicos 22 de Agosto, Leão e CACS no valor de R\$36.500,00 com um prazo de cinco dias para o pagamento, por uma multa recebida pela PUC em setembro de 2013, as demissões arbitrárias de professores e funcionários, o aumento das mensalidades.

DESCASO

Indignados com o descaso da reitoria da universidade e da Fundasp, que a cada dia colocam mais uma ação em prática para transformar



ANNA COELHO

A manifestação dos estudantes em frente à Reitoria

a PUC-SP em um espaço elitizado e de ensino precário, estudantes, professores e funcionários realizaram um ato na Prainha da universidade no início da noite de quinta-feira, 26/2, para cobrar satisfações da reitoria e protocolar uma carta exigindo uma audiência pública com os representantes da universidade para as devidas explicações.

Estudantes de todos os cursos da universidade reunidos na Prainha fizeram falas explicando aos presentes a situação tanto de espaços gerais, como o bandeirão, até situações específicas de alguns cursos.

Lembraram também das vitoriosas ocupações da reitoria e de outras exigências já feitas à várias administrações da PUC-SP, como redução das mensalidades e o próprio preço do bandeirão em outras ocasiões.

PRESENÇA DA APROPUC

O professor da Faculdade de Direito Leonardo Massud, diretor da Associação dos Professores da PUC-SP (APOPUC), fez um apanhado histórico sobre as lutas da universidade, contando como as mobilizações da comunidade puquiana trouxeram grandes conquistas aos funcionários, professores e estudantes ao longo dos anos, e que a PUC-

SP nunca baixou a cabeça para casos que vão inclusive contra o fator filantrópico da universidade.

Após caminharem pela universidade e finalizarem em frente à porta da reitoria, os estudantes, em rápida assembleia, decidiram marcar uma discussão sobre os próximos passos do movimento para segunda-feira, 2/3, às 19h na Prainha. A audiência pública exigida pelos manifestantes em carta entregue na reitoria está prevista para o dia 13/3.

Fundação anuncia mais 700 bolsas alimentação

No Consad de quinta-feira, 26/2, o secretário executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo anunciou a concessão de mais 700 bolsas-alimentação que abarcarão 50% do valor do bandeirão do restaurante universitário do campus Monte Alegre.

As bolsas-alimentação eram

fornecidas a todos os estudantes da universidade porém, este ano, a Fundasp resolveu que elas seriam fornecidas somente para os bolsistas. Agora o secretário-executivo anuncia mais 700 subsídios que serão distribuídos pelo PAC segundo critérios pré-determinados.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Greve dos professores prossegue no Paraná

Desde o dia 9 de fevereiro, professores e servidores da rede pública de ensino do Paraná estão em greve devido aos meses de atraso nos pagamentos e de cortes nos investimentos em educação e porque 29 mil professores que tinham contrato temporário foram dispensados e ainda não receberam.

Na quarta-feira, 24/2, em reunião com o governo estadual, foi decidido com garantia da Casa Civil, que a categoria terá todos os direitos mantidos. Porém, a greve ainda continua até que o comando convoque assembleia estadual e decida pelo fim da paralisação.

Desde o início da greve, vários servidores estão acampados no Centro Cívico, onde fica a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e o Palácio Iguazu. Os funcionários ocuparam o Legislativo quando tentou-se aprovar em apenas um dia um pacote de medidas de austeridade que iria mexer com benefícios dos servidores. Dessa forma, os projetos foram retirados pelo governo para revisão.

"A Casa Civil se comprometeu e garantiu que nenhuma proposta que mexa nos direitos da categoria será enviada a Alep [Assembleia Legisla-

tiva do Paraná]. Nossa luta garantiu avanços importantes. Mas ainda existem itens que são impasses. Vamos fazer o balanço e tomar decisões em conjunto", discursou o presidente do sindicato, Hermes Leão, em entrevista ao G1.

Ainda de acordo com Leão, o governo, após as negociações, irá pagar o terço de férias em parcela única, em março, e convocar os professores que passaram em concursos e não estavam trabalhando. Entretanto, o plano de progressões e promoções ainda não tem data definida para ser pago e, dessa forma, pode ser o obstáculo para o fim da greve.

Greve da GM termina com vitória dos trabalhadores

Na última quinta-feira, 26/2, os funcionários da General Motors (GM) de São José dos Campos, na região do Vale do Paraíba, encerraram a greve que durou seis dias. A principal reivindicação dos trabalhadores foi a revogação do plano de demissão de cerca de 800 funcionários que entraram em regime de lay-off. A montadora apresentou uma proposta para suspensão dos contratos de trabalho, a partir de 9 de março, que vai durar cinco meses. Inicialmente, o lay-off deve comportar

650 trabalhadores e garantir estabilidade por, pelo menos, três meses após a volta ao trabalho.

"Essa foi a proposta apresentada durante a reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho. Ontem a greve prosseguiu, mostramos que estávamos dispostos a negociar e a empresa nos chamou para uma reunião durante a noite. O novo layoff afasta as demissões e vai assegurar o emprego na fábrica", afirmou o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Carlos

Prates 'Mancha', em entrevista ao G1.

Os 798 empregados da unidade que tiveram seus contratos suspensos em setembro do ano passado, voltaram ao trabalho no começo de fevereiro e têm estabilidade garantida até agosto. Além dessa atitude e do lay-off, a GM abriu um Plano de Demissão Voluntária na fábrica situada em São José dos Campos em fevereiro deste ano; um dos pontos dele é que a montadora ofereceu um carro como parte dos benefícios a lesionados, além de pagamento de até 25 salários.

Ato pela água organizado pelo MTST pede plano de emergência

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) puxou no fim da tarde da última quinta-feira, 26/2, um ato contra a crise hídrica de São Paulo, reunindo mais de 10 mil pessoas.

Entretanto segundo a Polícia Militar (PM), cerca de 8.000 pessoas participaram da mobilização. O objetivo do movimento é pressionar o governo estadual e municipal, a fim de conquistar a elaboração de um plano de emergência para lidar com a seca.

O trajeto do ato começou no Largo da Batata, e após passar pela Faria Lima, seguiu pela ponte Cidade Jardim, rua Engenheiro Oscar Americano, avenida Morumbi e terminou no Palácio dos Bandeirantes.

Os manifestantes alugaram um caminhão-pipa para ser "escortado" por pessoas armadas durante o ato: uma crítica à supervalorização da água em tempos de escassez.

E, de acordo, Guilherme Boulos, coordenador do MTST, o que o movimento queria era ser recebido pelo governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB).

"É um absurdo que tenham contratos de demanda fechada com mais de 500 empresas, que são bonificadas por gastarem mais água, e se estabeleça mais reajustes para o consumidor residencial", disse Boulos.

ROLA NA RAMPA

Professores continuam debatendo campanha salarial

Nos dias 25 e 26/2 aconteceram novas reuniões com representantes do ensino superior e do Sesi/Senai para debater a campanha salarial 2015 com o Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP). Nesta primeira etapa serão discutidas mudanças de redação com análise de reivindicações tanto por parte dos professores como por parte dos patrões. Na rodada de reuniões anterior, ficou acertado que grande parte

das cláusulas das normas coletivas pode ser renovada. Resolvidos os ajustes de cláusulas, será o momento de concentrar esforços nas negociações mais difíceis e de destaque na pauta de reivindicações dos professores. Na segunda etapa das negociações serão discutidas as questões econômicas, tais como aumento de salário, PLR, aumento da hora-atividade, e demandas pela ampliação de direitos.

Novo endereço da AFAPUCe do PUCviva

A Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP e a redação do PUCviva já estão instaladas em seu novo endereço, na Rua Ministro de Godoi,

1055, perto da garagem da universidade. O novo telefone da associação é 3670-8208, e o email para contato continua o mesmo: afapuc@gmail.com.

Oficinas de Português para Graduandos

O Setor de Atendimento Comunitário - PAC/PROCRC – tem parceria desde 2011 com a professora Sumiko Nishitani Ikeda, do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP e pesquisadora da Interface Discurso/Gramática para as Oficinas de Português, que serão realizadas em módulos bimestrais com o objetivo de contribuir e ajudar alunos de gra-

duação da universidade que enfrentam dificuldades de gramática e de redação. As Oficinas de Português são gratuitas e os alunos interessados em participar devem comparecer no PAC, sala 63-G, Térreo do Prédio Novo, para fazer a inscrição até o dia 5/3. As vagas são limitadas, e mais informações podem ser obtidas no telefone 3670-8544.

Aula inaugural do pós em Ciências da Religião

O Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião convida para sua aula inaugural com o tema "Estudos de Ciência da Religião e teologia no Brasil: situação atual e perspectivas de futuro", com Dr. Flávio Senra, coordenador da área de filosofia / teologia na CAPES. O debate

acontece no dia 5/3, às 13h30, no auditório 239, e é aberto ao público com direito a certificados digitais de participação. A palestra é organizada também pela PUC-SP, através da e também Faculdade de Ciências Sociais e pelo Departamento de Ciência da Religião.

Novo ato da Fundasp quer proteger informações

Um novo ato da Fundasp decretaram que novas diretrizes serão estabelecidas para garantir a "Política de Segurança de Informação" da Fundação. Todos os colaboradores da Fundasp deverão se adequar às novas regras, que determinam que conteúdos jurídicos, financeiros e contábeis, dados de alunos, colaboradores, entidades mantidas pela Fundasp, parceiros, registro de conversas telefônicas e presenciais e outros, são estritamente

confidenciais, e devem ser protegidas por senhas e outros tipos de criptografia e cláusulas de confidencialidade, além de não transportar conteúdo confidencial para fora da Fundasp. O conteúdo de toda mensagem de email enviada e recebida pelo servidor da Fundasp será analisado, sendo proibido também o uso do email para fins pessoais, o mesmo valendo para celulares, notebooks e pendrives pertencentes à Fundação.

Reitoria anuncia andamento do projeto de aposentadoria

Durante a reunião do Conselho de quarta-feira, 25/2, a reitora nomeada Anna Maria Marques Cintra anunciou que os estudos para uma aposentadoria compulsória já estão concluídos e deve ser implantada brevemente. O projeto prevê

aos trabalhadores da PUC-SP aposentadoria compulsória a partir de 75 anos. Segundo a professora ainda faltavam ser estudadas as propostas de uma empresa de previdência privada para a finalização do projeto.

Juíza adia novamente decisão sobre PLR

A juíza Paula Lorente Ceolin adiou novamente a decisão sobre o pagamento aos professores e funcionários da PUC-SP do abono de 24% do salário bruto de cada trabalhador referente à participação de Lucros e Resultados, PLR. Segundo o site do Tribunal Regional do Trabalho a análise dos autos foi concluída devendo o resultado ser anunciado em 7/4, às 19h20. O abono da PLR foi pago em outubro de 2014 por todas as instituições de ensino do estado de São Paulo, menos a PUC-SP que alegou que caso o pa-

gamento fosse executado perderia o seu caráter filantrópico, já que os valores referiam-se a lucros no período. A Fundação São Paulo depositou os valores em juízo e afirma que espera um parecer definitivo da Receita Federal que autorize o pagamento. O Sindicato dos Professores de São Paulo e o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo, SAAESP, entraram com pedidos de pagamento do tributo e, nos primeiros julgamentos, obtiveram pareceres favoráveis aos trabalhadores da universidade.